

José
Correia
da
Cunha

O Comunitarismo Agrário e o Ambiente Geográfico

De há um pouco mais de um decénio a esta parte surgiu em Espanha um forte movimento tendente à constituição de cooperativas de cultivo em comum, também designadas por cooperativas de produção, movimento que tende a generalizar-se e a interessar áreas e populações cada vez mais importantes.

Trata-se de mais um dos múltiplos aspectos por que se pode encarar a revolução agrícola contemporânea: o contínuo desfazamento entre as actividades agrícola e industrial provocou a rarefacção da mão-de-obra rural e, conseqüentemente, a necessidade inadiável das empresas se mecanizarem. Para o poderem fazer em moldes económicos impunha-se ir mais longe, reestruturando em novos moldes as explorações agrícolas.

A economia da máquina e do trabalhador especializado ligado a ela pressupõem uma racionalização de tarefas e actividades de relação incompatíveis com o minimifúndio. Daí a reforma total das estruturas, físicas e mentais, a que é mister proceder, para actualizar as condições de produção, aliando os benefícios das pequena e média propriedades com os das explorações agrícolas de dimensão compatível com uma mecanização racional e uma administração de bom nível.

Se a transformação não se impusesse pela sua urgência, seria normal iniciá-la pelo emparcelamento da propriedade e assim aconteceu nalguns casos, incluindo o do *pueblo* de Zúñiga. Na maioria porém, esse trabalho teve de ser protelado, de forma a não demorar a solução que se impunha. Foi assim que em 1952 se constituiu em Valmojado, província de Toledo, a primeira cooperativa espanhola deste tipo, pela associação em comum de 16 explorações agro-pecuárias. Destas foram excluídas apenas as parcelas

de vinha e olival, exactamente as culturas que, na região, implicam maior soma de cuidados.

A experiência resultou em pleno mas não encontrou na região a audiência e a projecção que viria a alcançar a de Zúñiga, pequeno povoado da província de Navarra. Creio que o facto se deve a um ambiente muito mais propício existente na Meseta norte, na peneplanura semi-árida de Castela, onde a cultura cerealífera e a criação de ovelhas constituem os polos fundamentais de uma agricultura pobre.

O certo é que a quase totalidade das cooperativas deste tipo hoje existentes em Espanha surgiu nesta área, atestando a influência de factores físicos e humanos numa verdadeira convergência da Geografia e da História para a criação de uma ambiência que se pode ter como ímpar na Península.

A manutenção, ao longo dos séculos, do verdadeiro espírito de comunidade herdado directamente do estágio tribal quando a sociedade se organizou de uma forma mais ampla, constitui a condição primária para o desenvolvimento de um cooperativismo agrário deste tipo.

Não obstante a permanência de várias formas de usufruição em comum de baldios, bosques e pastagens, em várias regiões da Península, representando a importância e extensão dos usos comunais no passado não há dúvida que o significado destas manifestações diverge de região para região.

Contrariando um pouco a tese de Joaquín COSTA¹, que pretende encontrar em Espanha vestígios de um colectivismo agrário generalizado, Jorge DIAS² considera como únicos exemplos típicos de organização comunitária os que subsistem nas regiões antigamente ocupadas pelos vaceus ou, pelo menos, incluídas na sua área de influência.

Ora é exactamente em Rio de Onor, pequena comunidade de dupla nacionalidade que constitue um marco humanizado da fronteira de nordeste, que vamos encontrar, nos nossos dias, a organização social mais afim da que os autores antigos atribuíam àquele povo. Jorge DIAS não hesita mesmo em assimilar o tipo de organização social rionorês ao estabelecido pelos vaceus nas planuras férteis de Valladolid e Palencia, a *Tierra de Campos* dos nossos dias.

Enquanto estes foram levados a praticar uma agricultura superior, que já conhecia o arado e a criação de gado bovino, em Rio de Onor ainda era possível encontrar há alguns decénios, em verdadeiro estado fóssil, uma economia agrícola e pastoril perfeitamente equilibrada. Ao contrário, porém, do que se passara

¹ COSTA, Joaquín, *Colectivismo Agrario en España*, Madrid, 1898.

² DIAS, Jorge, *Rio de Onor — Comunitarismo agro-pastoril*, Porto, 1953.

outrora nas terras baixas, era a vida pastoril, com as suas necessidades peculiares, que dava coesão à vida social rionoresa, conferindo-lhe características que permitiam distingui-la no quadro das comunidades portuguesas.

Pode dizer-se que, neste pequeno povoado da raia trasmontana, toda a vida pastoril e agrícola se submete ainda hoje à organização colectiva, sob a égide de um *conselho* constituído por um representante de cada família. Até ao princípio do século foi exclusivamente através dele que a aldeia de Rio de Onor fez face aos múltiplos problemas da sua economia, procurando ajustar as possibilidades das terras de que dispunha colectivamente para produzir o essencial à manutenção das pessoas e gados.

Para se verificar até que ponto os modernos movimentos tendentes ao emparcelamento predial e cultural representam uma reversão a um passado mais ou menos longínquo, vamos transcrever alguns passos do já citado trabalho de Jorge DIAS para dar uma ideia da organização comunitária da aldeia.

«...em Rio de Onor há a propriedade privada e três tipos de propriedade colectiva. O conselho não intervém só nos trabalhos da propriedade colectiva. Inúmeros trabalhos agrícolas da propriedade privada estão igualmente sujeitos a regulamentação do conselho.

A propriedade colectiva divide-se em terras de pastagem (o monte), terras de sementeira (as roçadas) e prados de erva, lameiros, conhecidos pelos Coutos. Estes Coutos... são, na prática, logradouro comum do conselho.

...Como os Coutos são a maior riqueza da terra usufruída colectivamente, a organização teve de se basear no seu aproveitamento comum.

Calculando o número médio de vizinhos, e a produção de feno dos Coutos, os rionoreses viram que cada vizinho não podia meter aos pastos mais do que três cabeças (duas vacas e um vitelo). Esse limite máximo passou a ser também uma espécie de condição de participação. Só é membro do conselho o vizinho que tem gados no Couto. Desta maneira estabeleceu-se uma organização bastante equilibrada e estável. Cada vizinho tinha que ter gados, indispensáveis para as lavouras e estrumes, mas não podia ultrapassar o limite imposto, a não ser que tivesse obtido pequenas lameiras privadas, fora dos Coutos, onde alimentasse o gado restante. Temos, assim, um sistema tendente a manter o maior equilíbrio e justiça sociais, relativamente às técnicas conhecidas e usadas na região. Mas tal sistema só era possível desde que se observassem regras de limitação demográfica³.

³ A tradição impedia que se casasse mais do que um filho de cada família e, em geral, já não muito novo, para evitar as descendências numerosas.

Só quando as influências do exterior se começam a sentir mais (1914-1918), é que os quadros tradicionais se quebram, e o número de fogos, que oscilava entre 30-35, subiu, a ponto de acusar hoje (1953) um aumento de mais 14. Estes vizinhos, ao desrespeitarem a tradição, deram um golpe profundo no sistema de igualdade até então mantido. O sistema continua o mesmo, aparentemente forte, como outrora, mas mais tarde ou mais cedo, os problemas criados pelos vizinhos excluídos do conselho, e em situação económica desfavorável, acabarão por produzir a discórdia e a fragmentação da propriedade colectiva, como é o caso em algumas aldeias de Samora, vizinhas de Rio de Onor».

Exemplo típico de uma comunidade suficientemente independente para constituir quase um Estado dentro doutro Estado, Rio de Onor pôde permanecer igual a si mesma em virtude do isolamento a que o ambiente geográfico a votara. Cultivava o que consumia, com relevo para *al pan*, isto é, o centeio, e a batata, que foi introduzida há poucos anos para substituir a castanha, que perdera a importância de antanho em virtude da decadência dos soutos provocada pela doença da tinta (*Phytophthora cam-bívora* Puif.); governava-se a si própria, por intermédio de dois mordomos eleitos anualmente pelos membros do conselho ou, mais recentemente, obrigados a desempenhar o cargo por um sistema de rotação cíclica; defendia a integridade do seu termo bem definido por *marras* (extremas) há muito estabelecidas, por intermédio dos *homens de rodra* designados no verão para vigiar de dia e de noite a água dos lameiros e o feno dos Coutos contra a cobiça dos habitantes dos povoados vizinhos; administrava a justiça por intermédio do conselho sempre que se levantavam pendências sobre questões de gados, danos em propriedade alheia e até mesmo em caso de roubo.

Em tudo e por tudo, como se verifica, a vida em Rio de Onor se organizou no sentido da auto-suficiência. Mas, como todos os arcaísmos, o tempo tem-se encarregado de os adulterar, roubando-lhe a pureza original. E se o trouxemos neste momento à luz da actual conjuntura agrária, não o fizemos com o intuito de indicar uma solução e um rumo, mas para frizar até que ponto nesta área do território português o ambiente humano era propício à adopção dos princípios comunitários que informam o movimento que se está a difundir em Espanha, em torno do exemplo de Zúñiga. Em boa verdade, enquanto consideramos este como traduzindo uma forma operante de rodear as dificuldades com que se debate a agricultura de muitas regiões, o de Rio de Onor não pode servir uma sociedade moderna, por muito rudimentar que seja o estádio em que se encontra.

A economia de subsistência não tem lugar no mundo de hoje, assim como não pode servir de padrão um arranjo entre as forças

da produção e do consumo que adopta como factor de equilibrio o controle da natalidade.

Por outro lado, o seu colectivismo forçado tem pontos de semelhança, mas não se pode equiparar a um são cooperativismo, necessariamente voluntário. O sistema de Rio de Onor fez a sua época, mas hoje só pode ser encarado como uma relíquia de um passado distante. No entanto, as suas potencialidades podiam, e deviam, ter sido aproveitadas como armas poderosas a favor da reconversão agrária da região, nomeadamente no que respeita à arborização dos baldios. Esta operação, tal como foi concebida e realizada, em vez dos benefícios que seria legítimo aguardar dela, está na base de uma série de dissídios e questões que em nada beneficiam os povos nem prestigiam os Serviços públicos que nela se têm empenhado.

Ao fim e ao cabo o problema não teria surgido se os técnicos, iluminados por um conceito mais humano das tarefas a realizar, adoptassem em definitivo a persuasão, em detrimento da coerção. São muitos séculos de história a personalizar os povos da montanha e a darem-lhes consciência dos seus direitos para que, de um momento para o outro, seja possível uma inversão de valores e um desvio de mentalidade.

Em Espanha evitou-se a todo o transe a subversão destes mesmos valores. Em todo o lado se nota mesmo a preocupação, por parte dos Serviços oficiais, em não truncarem nem se sobreponem às realizações dos povos desde que, evidentemente, se orientem por princípios democráticos e cristãos.

O toque de alerta emanado de Zúñiga talvez não tenha despertado a simpatia unânime dos poderes públicos. Mas não deixou, por isso, de singrar, acabando por se impôr por mérito próprio. Os mesmos princípios de solidariedade que regem comunidades como Rio de Onor que desde sempre viveram isoladas no seio da montanha, puderam ser postos inteligentemente ao serviço do progresso.

Assim, na montanha e na planície, uma mesma raiz histórica transformada localmente por determinantes geográficas, gerou dois sistemas, um rígido e quase inhumano, outro vibrátil e pleno de preocupações sociais. No fundo, porém, é a necessidade imperiosa de lutar para sobreviver que está na base de uma e outra das experiências.

Ponderada a validade de cada uma e decidida a opção, é justo considerar o interesse em difundir as cooperativas de produção do tipo realizado em Zúñiga. Situamo-nos entre os que, cheios de entusiasmo, pugnam por esse objectivo. Mas não queremos iludir ninguém.

Obras como esta, profundamente humanas, são geradas durante séculos. O seu conteúdo e intenção material nada valem

em face da espiritualidade que as envolve. E esta não se ensina nem se impõe. Adquire-se.

Em Portugal há toda uma vasta gama de tradições comunitárias.

Estamos em crer que, em vastas áreas, podem servir, de forma fecunda, o ansiado regresso a uma nova ordem nos campos. Impõe-se, no entanto, que cada iniciativa seja estudada e enquadrada no seu ambiente próprio, sem a preocupação de a fundir em moldes prèviamente estabelecidos. Procurar compreender os anseios dos povos em vez de tentar impôr ideias e pontos de vista próprios, eis o que urge pedir aos técnicos encarregados de auxiliar e defender o desenvolvimento de iniciativas que mereçam o respeito que a do *pueblo* de Zúñiga despertou entre todos os que têm tido a dita de com ela contactar.

M.
Cardoso
dos
Santos

Reconversão e formação profissionais e promoção socio-cultural

1. Os problemas relativos à orientação e à formação profissional assumem uma importância muito considerável na política de emprego das sociedades em desenvolvimento, por motivos que, em termos gerais, não são difíceis de identificar.

Nos países em que existe superabundância de mão-de-obra indiferenciada e, em grande parte, sub-empregada, e, simultaneamente, escassez de trabalhadores qualificados, a execução eficaz de uma política de desenvolvimento poderá ficar seriamente comprometida desde que não se procure garantir a necessária mobilidade — profissional, sectorial e mesmo regional — da mão-de-obra, de acordo com as necessidades de transformação determinadas pelo desenvolvimento económico.

Ora, pelo menos duas destas necessidades de transformação estão directamente relacionadas com a política de emprego de uma forma geral e, especialmente, com a formação profissional:

— necessidade de libertar os excedentes de mão-de-obra rural não qualificada e subempregada — encaminhando-os para